

Economia

A esperança é o crescimento das reservas internacionais em pelo menos US\$ 1 bilhão, depois das medidas na política cambial. Mas nada garante o pagamento dos US\$ 2,3 bilhões que vencem em setembro.

Governo quer evitar mais atrasos nos pagamentos



José Paulo/AE

Governo quer redução da dívida

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que o governo brasileiro está montando um "Projeto Piloto" para redução da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e bancos comerciais. Os detalhes não

foram fornecidos, mas o embaixador admitiu que o projeto terá como parâmetro a fórmula encontrada pelo México para reduzir sua dívida. Marques Moreira descartou a possibilidade de negociar um perdão.

O governo espera aumentar até a próxima semana o nível das reservas internacionais em pelo menos US\$ 1 bilhão, o que permitirá o pagamento de US\$ 812 milhões devidos ao Clube de Paris. A idéia do governo é quitar as parcelas vencidas sexta-feira e segunda, totalizando os US\$ 812 milhões, assim que houver uma recuperação nas reservas. A atitude é consequência de uma "decisão política" de não atrasar por tempo superior ao necessário os pagamentos aos países reunidos no Clube de Paris e instituições como o Eximbank, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com as expectativas do Ministério da Fazenda e do Banco Central, as reservas cambiais deverão crescer substancialmente nos próximos dias, por causa da desvalorização de 12% do cruzado em relação ao dólar e da criação do BTN cambial. Outro estímulo à entrada de divisas decorrentes das exportações é a política de juros altos, que poderá induzir a antecipação dos contratos de câmbio. O governo acredita que com isso o País ganhará cerca de US\$ 1 bilhão em reservas nos próximos dias, mais do que suficiente para honrar seus compromissos com o Clube de Paris.

Ontem o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, enviou um telex ao comitê de bancos credores informando as recentes medidas na área cambial e explicando que a centralização do câmbio foi feita para preservar as reservas, hoje em torno de US\$ 5,6 bilhões. Mesmo sem mencionar o risco de atraso no pagamento dos US\$ 2,3 bilhões que vencem em setembro, o telex deixa implícita a possibilidade de uma moratória. O governo francês, que até ontem tinha como "em dia" a situação da dívida brasileira, também espera uma carta do presidente Sarney antes de sua viagem a Paris. Na carta, endereçada a François Mitterrand, Sarney analisa a situação da dívida.

A estratégia do governo brasileiro para apresentar a seus principais credores as explicações para os atrasos nos pagamentos dos juros da dívida está provocando divergências entre Maílson e o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. O embaixador defende a formação de uma missão de alto nível para explicar às autoridades governamentais dos países credores as razões da moratória, enquanto o ministro da Fazenda acha desnecessária es-

sa missão.

Na opinião de Maílson da Nóbrega, o importante para o Brasil no momento é garantir a entrada de divisas que lhe permitam efetuar os pagamentos. Isso será possível através de um acordo com o FMI, que já conhece de sobra a situação brasileira. Sem acordo, o atraso nos pagamentos aos bancos privados será inevitável. Por isso, a moratória está sendo encarada como um desfecho natural de um processo onde a ausência de um acordo com o Fundo impedirá a entrada imediata de US\$ 2,8 bilhões. "Não há muito o que discutir. Se não tiver acordo, a nossa resposta será simplesmente não pagar", comentou ontem uma fonte da área econômica.

A moratória está sendo vista como uma necessidade técnica — a preservação das reservas — e não uma postura política do governo, como foi a moratória de fevereiro de 1987. Lembram fontes da área econômica que em fevereiro deste ano o Brasil atrasou o pagamento de US\$ 550 milhões aos bancos privados e em março US\$ 2 bilhões ao Clube de Paris. Nos dois casos, o fato foi absorvido sem problema. Por isso, acreditam, os atrasos de pagamentos não deverão abalar a relação do País com os seus credores.

Perplexidade

No dia 27 de junho, três dias antes de vencer a primeira parcela da dívida com o Clube de Paris (US\$ 230 milhões), o presidente Sarney recebeu um documento elaborado nos ministérios da Fazenda e Planejamento. No documento, intitulado "15 pontos para um pacto de emergência", se afirmava que "no momento a situação de reservas internacionais e de geração de saldos comerciais não justificam a suspensão dos pagamentos dos serviços da dívida externa". Apresentado a lideranças do Congresso como uma resposta da área econômica do governo às várias propostas para um entendimento nacional, o documento causou perplexidade pelo tratamento dado à questão da dívida.

"É estranha a posição, porque contradiz tudo o que foi feito dias depois", disse o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado. Outras lideranças políticas consideram a possibilidade de o documento ter sido elaborado sem grande preocupação, apenas para se ter uma espécie de satisfação da área econômica às propostas de entendimento nacional. "Na verdade, os ministérios econômicos escondem o que pretendiam fazer de fato", disse um dos líderes.